

ACTA N.º 05

Aos vinte e cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e dez, pelas 16h.42m, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Extraordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia dezasseis do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período da “Ordem do Dia”.

1. Encerramento de Serviço de Urgências do Centro de Saúde de Valença (Dia e Noite).

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos com a habitual saudação protocolar.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas- face ao, a propósito, por aqueles aduzido em escritos, que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão – do Deputado Sr. Salustiano de Faria substituído pelo Sr. Alfredo Magalhães, Deputada D. Maria da Conceição Pereira substituída pelo Sr. Luís Adriano Areias e Deputada Dra. Dora Ferreira, substituída pela Dra. Maria do Carmo Duarte - do Grupo Municipal do Partido Socialista.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, comunicou a entrada de duas propostas de funcionamento do Centro de Saúde.

Deu a palavra ao **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira** que reportando-se ao artº 51º do Regimento referiu estar-se a infringir a norma 34º, nº 2 que diz que as sessões extraordinárias não comportam período de “antes da ordem do dia”, devendo ser substituído, a seu modo de ver, por “período da ordem do dia”.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, disse aceitar a recomendação.

O **Primeiro Secretário, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

Adentro das disposições regimentais o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, pôs à discussão a **Acta nº 04**.

Usou da palavra o **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira** para dizer que se iria abster na votação, por não ter estado presente na sessão.

Colocou-se à votação e num universo de 36 votantes verificaram-se: 0 votos contra; 2 abstenções (Dr. José António Lopes Nogueira e Dra. Maria do Carmo Duarte – por terem estado ausentes); e, 34 votos a favor: **Aprovada por Maioria a Acta nº 04**.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, deu indicações para que se procedesse à distribuição das duas propostas.

O **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira**, uma vez que desconhecia o seu conteúdo, por só agora terem sido distribuídas, requereu a concessão da prerrogativa plasmada na alínea d) do art. 32º do Regimento, que invocou, o que, como não poderia deixar de ser, viu deferido.

Retomados os trabalhos às 17h.20m, o **Segundo Secretário da Mesa, Dr. Mário Rui Pinto de Oliveira**, passou à sua leitura, por ordem de chegada, sendo a primeira a **Proposta da Mesa**:

PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE

Após a análise ao funcionamento do actual S.A.P. prestado no Centro de Saúde de Valença, atendendo às actuais condições, quer demográficas, quer estratégicas, quer de funcionamento do mesmo, concluiu-se que o serviço prestado até 04 de Janeiro de 2010, é o que serve a população, e o que se propõem prestar (ou para o qual caminhamos) não respeita nem colmata as necessidades actuais e exigidas pela população de Valença. Em consequência, a Mesa da Assembleia, depois de ouvida a Comissão da Saúde, propõe o seguinte:

1. Realização da consulta de agudos e de urgência no local de funcionamento do S.A.P., no horário compreendido entre as 8h00 e as 20h00;
2. A avaliação clínica do Doente e respectiva triagem deve ser feita no Centro de Saúde de Valença e, sendo necessário, com posterior transferência directa para o Hospital Distrital de Viana do Castelo;
3. Manutenção do funcionamento do S.A.P. no Centro de Saúde de Valença, no horário compreendido entre as 20h00 e as 8h00 e de 2ª a 6ª feira, e nas 24 horas dos feriados e fins-de-semana.

Propõe-se, por último, e caso seja aprovada a presente proposta, da mesma seja dado conhecimento às entidades competentes.

Segunda Proposta, do Grupo Municipal do CDS/PP:

Proposta

Os deputados da Assembleia Municipal de Valença abaixo assinados, considerando que:

- O Protocolo/requalificação dos serviços do Centro de Saúde de Valença assinado a 8 de Agosto de 2008 pelo então presidente da câmara não foi cumprido até à data perdendo neste momento o apoio político então conferido;
- A ascensão de Valença a cidade, o que foi conferido por unanimidade na Assembleia da Republica, impõe a esta localidade uma acrescentada responsabilidade no contexto sociopolítico distrital por ser a segunda cidade do distrito de Viana do Castelo e representar um pólo de crescimento geoestratégico para esta sub região;
- no Centro de Saúde de Valença foi instalada uma Unidade de Internamento de Convalescença da Rede Nacional de Cuidados Continuados com doentes em potencial estado crítico conforme se confirma pelo elevado número de óbitos aqui verificado e que exigem a presença de um serviço clínico de emergência muito próximo, que não se compadece tecnicamente com assistência de pré hospitalar, médico à chamada e o envio a outro serviço de urgência;
- dos escassos pressupostos desse Protocolo, cumpridos até ao momento, tem-se verificado prejuízo claro para a saúde dos valencianos e inconformismo na população que aumenta a ansiedade ao ver afastada uma assistência de urgência e emergência até aqui consideradas de proximidade e eficientes;
- que todos os pareceres periciais e independentes, dos profissionais da área da saúde a trabalhar em Valença, reprovam a implementação actual do Protocolo no que se refere às situações de urgência e consideram-no como um atentado à saúde dos cidadãos residentes ou passantes do nosso concelho;
- que a alínea K) do Protocolo prevê uma avaliação semestral e se “em resultado desta vier a verificar-se que as medidas previstas no mesmo se revelam insuficientes para garantir respostas adequadas, designadamente, em situações de urgência e emergência”, estarão reunidas todas as condições para as entidades responsáveis criar as condições necessárias à assistência adequada à população, significa que o próprio Protocolo não estava seguro da cabal resposta às necessidades de Valença em matéria de Urgência e Emergência;
- que do cumprimento da mesma alínea K) resulta que da avaliação feita por esta Assembleia Municipal se constata uma total inconformidade com o encerramento dos serviços de atendimento de Urgências no Centro de Saúde de Valença durante as 24 horas tendo em consideração as graves repercussões que teve na população o encerramento deste serviço durante o dia (08h00 às 20h00).

Propomos:

- Que a Assembleia Municipal de Valença em sua sessão extraordinária de hoje repudie o Protocolo de requalificação dos serviços do Centro de Saúde de Valença no que diz respeito à implementação da Consulta Aberta e encerramento dos serviços de atendimento às situações urgentes e emergentes durante as 24 horas;
- solicitar a imediata abertura dos serviços de urgências com a inclusão deste serviço na carta de referência do CODU/INEM para as situações urgentes dos casos verificados no nosso concelho.

Paços do Concelho, 25 de Março de 2010
Os deputados Municipais

Passou-se à discussão das propostas, uma a uma, por ordem de entrada, iniciando com a apresentada pela Mesa:

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, deu o uso da palavra:

Ao **Deputado Sr. Armando Carvalho** que:

1. Disse dar o aval à proposta apresentada pela Mesa, até porque ela é emanada da Comissão de Saúde;
2. Referiu que, na Comissão, propôs que o documento fosse aprovado como recomendação ao Executivo Municipal para que o transformasse numa exigência à tutela;
3. Informou que tal não foi possível porque a Comissão de Saúde é representada também, pelo Presidente da Câmara e, como tal, havia uma incongruência na articulação da legislação; e,
4. Comunicou votaria favoravelmente a proposta.

Ao **Deputado Sr. Pinto Neves** que:

1. Disse que uma vez que o Grupo Municipal do CDS/PP apresentou outra proposta não iria comentar a presente;
2. Acrescentou não estar contra esta mas parece-lhe que a sua é mais radical, mais incisiva e acaba por ir mais além; e,
3. Referiu que neste momento não interessa saber de quem é a culpa. Interessa sim estarmos todos unidos para procuramos evitar que isto se consume.

À **Deputada D. Elisabete Viana** que:

1. Teceu algumas considerações acerca do “bem” saúde;
2. Manifestou-se contra o encerramento do SAP;
3. Chamou a atenção para as datas que constam no protocolo - foi assinado em Agosto de 2008 e homologado em Agosto de 2007, dizendo que até por este aspecto se nota que foi feito “em cima do joelho”;
4. Afirmou que o protocolado não serve as necessidades dos valencianos. Às freguesias vai uma

unidade móvel que mede e faz os testes da tensão arterial, colesterol e glicémia e depois, em função dos resultados, mandam as pessoas ao Centro de Saúde. Questionou se isto resolve alguma coisa;

5. Sublinhou que somos cidade e em vez de progredir, regredimos. Valença é a maior porta de entrada de turistas e mercadorias e, perante um acidente grave questionou acerca do que fazer;
6. Fez notar, em seu nome pessoal e em nome do povo de Arão, que repudia o encerramento do SAP e disponibilizou-se para acompanhar a Câmara em todas as lutas em favor da saúde dos valencianos e, como tal, disse que votaria favoravelmente a proposta.

O Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Gomes que:

1. Disse que este protocolo foi assinado há anos por uma única pessoa: o ex-presidente da Câmara Dr. José Luís Serra, que na altura manifestou desacordo em aprová-lo mas fê-lo porque provavelmente não teria outro remédio;
2. Concordou que Valença já teve algo mais e, neste caso, qualquer pessoa que se sinta mal durante a noite, fica ainda mais desconfortada com a falta de serviços de proximidade; é um andar para trás e para a frente;
3. Afirmou que neste processo a população de Valença não foi ouvida. Foi uma decisão técnica tomada em Lisboa e todos sabemos por que motivo foi para Monção – foi por uma estratégia que não foi propriamente a primeira decisão;
4. Referiu haver quem diga que com este protocolo se ganhou alguma coisa – duas ambulâncias que passam o dia a apitar. O poder contar com serviços de proximidade é o que nos pretendem tirar;
5. Acrescentou que pretendem um sistema de consulta aberta que, durante quatro meses poucos a frequentaram. Foram directamente para outro lado porque sabem que esta não lhes dá o conforto que tinham antes;
6. Fez notar que a população de Valença também está a envelhecer e, como tal, precisa de mais cuidados. Não lhe parece que seja a rede de cuidados continuados que vá dar resposta a todas as situações assim como a rede de domiciliação. Muitas das vezes é necessário que o idoso seja imediatamente avaliado e encaminhado directamente para Viana e não para Monção;
7. Mencionou que a graduação técnica dos médicos que estão em Monção, é rigorosamente a mesma dos que prestam serviço em Valença. Assim, não sabe que ganhos de qualidade – como diz o protocolo, os doentes vão buscar a Monção;
8. Acrescentou não entender o porquê dos habitantes de outras cidades do país terem serviços à porta de casa e nós porque estamos na ponta do país, temos que nos deslocar para Monção. Questionou porque não irmos a tui que fica mais perto;
9. Disse não ter dúvidas que esta proposta iria ser aceite por todas as forças representadas na Assembleia Municipal e, isto porque todos pensamos que apesar da assinatura de um protocolo mal parido, ainda vamos a tempo de fazer alguma coisa; e,
10. Concluiu manifestando-se a favor da aceitação desta proposta e da sua votação unânime.

A Deputada Dra. Inês Ferreira que:

1. Recordou ao Órgão Municipal e ao público presente que saiu como iniciativa do Grupo Municipal do PSD, a proposta de constituição da Comissão de Coordenação de Saúde e esta Assembleia aprovou por unanimidade;
2. Mencionou que é constituída por elementos de todos os grupos aqui presentes e para um país que diz que quando querem que não se faça nada se nomeia uma comissão, este exemplo demonstra absolutamente o contrário; e,
3. Informou que fizeram as diligências necessárias junto das entidades competentes e, uma reunião da qual saiu esta proposta que hoje a Mesa da Assembleia põe à votação.

O Deputado Dr. José António Nogueira que:

1. Disse ninguém, de boa fé, pode duvidar que o Dr. Serra, o Executivo a que presidiu e Assembleia Municipal então com assento na Câmara não fizeram o seu melhor para que o nosso concelho ficasse dotado com um dos Serviços de Urgência Básica;
2. Recordou o inegável orgulho com a publicitação de que Valença havia sido escolhida para acolher um dos SUB do Alto-Minho;
3. Informou que a proposta constante do estudo da Comissão Técnica nomeada pelo Sr. Ministro da Saúde era inequívoca: Valença constituía a melhor opção para implementação no Vale do Minho. Apesar de não ter carácter definitivo, Valença estava na “linha da frente”, bem ponderado tudo o exaustivamente adquirido durante o longo processo de recolha e trabalho efectuado;
4. Referiu que os municípios preteridos não se conformaram com tal decisão e, designadamente Monção, esgrimiou com dados e elementos que aquela comissão não podia ter ignorado ou desconhecido, porque já no sobredito documento;
5. Acrescentou que prudentemente o executivo valenciano de então, mais uma vez, fez realçar a centralidade e as vantagens da opção de Valença e, o árduo trabalho desenvolvido, os contactos

em permanência mantidos, as reuniões, geraram a legítima convicção de ter-se alcançado o objectivo proposto;

6. Disse que surpreendentemente, na segunda versão do estudo técnico, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura como que desaparecem do mapa e Monção surgiu eivado como o Centro Geográfico de Valença e Melgaço. Foram hipervalorizados os critérios “número de urgências” e “população” para “acertar” a localização do SUB do Vale do Minho;
7. Informou que o Dr. José Luís Serra, logo após a divulgação dos resultados finais do sobredito estudo técnico, solicitou ao Sr. Ministro da tutela uma reunião com carácter de urgência;
8. Reportou-se ao Correio da Manhã, segundo o qual o Ministro Correia de Campos não quis marcar qualquer reunião com o autarca para antes do dia onze de Fevereiro, para evitar eventuais boicotes ao referendo do aborto, tendo o mesmo ocorrido a quinze do referido mês;
9. Citou algumas passagens do citado meio de comunicação, que faziam referência a todos os esforços envidados pelo Dr. Serra para evitar o encerramento das urgências e, ainda, como não se conformou com a alteração da proposta, resolveu pedir a demissão dos cargos directivos do Partido Socialista e levou à queda em bloco da concelhia do PS, que corroborou fortes críticas à política de saúde do Governo e ao Ministro Correia de Campos;
10. Concluiu que o Sr. Ministro da Saúde, afastou o sim, não se ficou pelo não, antes claramente transmitiu-lhe um rotundo não ao SUB do Vale do Minho em Valença;
11. Recordou que a 18 de Fevereiro de 2007 o povo saiu à rua para, a uma só voz, protestar contra o encerramento nocturno do SAP e a prevista deslocalização do SUB, numa manifestação pacífica, ordeira, unitária e demonstrativa do querer da população de Valença, mas que o Sr. Ministro veio classificar de acto desleal. Segundo ele, a culpa do corte da estrada era única e exclusivamente do Presidente da Câmara de Valença e que quando foi recebido no seu gabinete, em Lisboa, o Presidente já tinha a manifestação marcada e vinha tentar fazer chantagem;
12. Salientou que entretanto foram reabertas as negociações, o protocolo não foi o melhor do mundo, mas o possível e que vinha propiciando melhores cuidados de saúde aos valencianos;
13. Destacou que a responsabilidade política dos dirigentes municipais de então apostou no conseguir e obter todas as vantagens possíveis para o concelho de Valença e foram criadas novas centralidades que importa não deixar fugir, com novas valências, passando a enumerar: Valença ficou dotada com uma unidade de convalescença e foi implementado o Centro de Dia da Associação de Reformados e, achava-se em negociação uma Unidade de Cuidados Continuados;
14. Constatou que enquanto o PS teve a responsabilidade de gerir o Município, em função das permanentes e insistentes acções de sensibilização junto da e com a Ministra da Saúde acerca das especificidades e particularidades de Valença, as urgências não encerraram;
15. Referiu considerarem ser com esta postura que deveria ser a Câmara e não a Assembleia Municipal a liderar este tema;e,
16. Associou o seu voto ao da proposta apresentada pela Mesa, na intransigente defesa dos valencianos, da sua saúde, sem gincana política ou subterfúgios, assumindo a responsabilidade e exigindo a assunção pelos demais das suas e o honrar das promessas feitas – maxime pelo PSD que, na campanha eleitoral, vinculou-se a que, caso o Ministério da Saúde encerrasse as urgências, a Câmara Municipal suportaria os inerentes pagamentos aos médicos e enfermeiros assegurando a manutenção efectiva de tais cuidados à população.

Ao **Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para:

1. Dizer, reportando-se à intervenção do último orador, que a questão das urgências foi a sua primeira preocupação política e, o primeiro contacto que teve com o Governo após a sua tomada de posse, foi precisamente com o Sr. Secretário de Estado da Saúde – Dr. Manuel Pizarra, ainda em Novembro, para expor as suas preocupações porquanto este assunto ter sido tema da campanha eleitoral e mostrou-lhe a defesa intransigente de melhores cuidados de saúde para todos os valencianos;
2. Informou que na sequência dos contactos que vieram a ter e também através dos colegas do Alto-Minho, constataram a intenção de criar uma consulta aberta, que em princípio seria muito idêntica a um SAP;
3. Disse que, durante a primeira semana de Março, foi informado por um outro Presidente de Câmara do Alto-Minho da intenção do Governo em propor alterações ao funcionamento dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) nos municípios do Alto-Minho;
4. Realçou que no dia nove de Março reuniu com o Sr. Secretário de Estado a quem comunicou que os valencianos nunca aceitaram nem aceitam terem perdido a SUB para Monção. Continuarão a lutar sempre pela manutenção do SAP durante 24 horas e, qualquer alteração a este funcionamento será sempre uma decisão unilateral e ele não assinará nenhum protocolo nesse sentido;
5. Destacou ter dito na referida reunião que todo e qualquer valenciano que se dirigisse ao Centro de Saúde teria que ser atendido no mesmo e, qualquer pessoa que se dirigisse ao Centro de Saúde de

Valença e fosse encaminhada para a SUB de Monção, teria que ser ressarcida do custo de retorno dessa deslocação;

6. Acrescentou que a Unidade Móvel de Saúde de Valença tem, efectivamente, que funcionar como tal – terá que ter um enfermeiro, um médico (conforme consta no protocolo), uma Assistente Social (quando necessário) e prestar apoio ao domicilio. Não quer que esta viatura fique parada no Largo da Igreja nas freguesias mas que vá à casa das pessoas e façam os tratamentos necessários;
7. Referiu relativamente à questão política, que a manutenção do SAP em Valença, neste momento, não depende de Valença. Se encerrar em todo o Alto-Minho também encerra em Valença – esta é a orientação política do Governo. Considerou que se devem unir todos nesta luta;
8. Disse que se deverá continuar a lutar com ordem e elevação e, ter a noção de que a luta é importante apesar de não depender só de nós, também depende daquilo que se passar à nossa volta;
9. Mencionou que se o Governo tomar a decisão do encerrar o SAP, esta decisão será unilateral pois assume com os valencianos que não assinará nenhum protocolo que vise o seu encerramento em Valença;
10. Anunciou não lhe parecer que o governo esteja muito disposto a negociar. Alertaram para a necessidade de algumas situações serem resolvidas, nomeadamente a utilização da antiga sala de urgências para a consulta aberta, mas não viu grande vontade por parte da Unidade Local de Saúde. Esta é uma empresa do Estado mas tem gestão empresarial, portanto tem objectivos para cumprir e o Governo determina que os cumpra, o que faz com que imponha as suas orientações ;
11. Considerou haver um certo “teatro” entre o Secretário de Estado e a Unidade Local de Saúde de Viana do Castelo ao qual os Presidentes da Câmara do Alto-Minho estão a tentar fazer chegar a sua pressão;e,
12. Concluiu que mais pressão do que tem feito é um pouco difícil, pois nestes cinco meses já reuniu com quatro Secretários de Estado e o Presidente da República.

Passando ao direito de réplica dos intervenientes, o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro**

Guimarães Gomes, deu o uso da palavra:

Ao **Deputado Sr. Armando Carvalho**, que disse que até poderia prescindir da réplica até porque não entende o porque da mesma se se estão a discutir propostas.

Opinou ter-se fugido largamente à discussão das propostas e já se assistiu a duas ou três intervenções que fariam mais sentido serem abordadas no ponto nº 1 da ordem de trabalhos.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Gomes**, que:

1. Disse achar digno e regista a defesa feita pelo Deputado Dr. José António Nogueira ao anterior Presidente da Câmara;
2. Não considerou que tenha sido muito oportuna até porque não o estavam a por em cheque, mas sim o protocolo; tomou nota de uma série de dados que “trocou” pelo protocolo, no entanto não defendeu a manutenção do SAP;
3. Considerou que esteve mais a fazer a cronologia dum processo até chegarmos aquilo que estamos aqui a discutir, não avançando nada de positivo – falou do que já sabemos e não concordamos;
4. Insistiu que a defesa de Valença era efectivamente não se ter assinado este documento; não interessa estarmos a discutir como é que chegamos aqui, mas sim, o que temos pela frente;
5. Afirmou que hoje, aqui, não se acusou o Dr. Serra de deslealdade, mas também é evidente que foi ele e não outro que assinou o dito protocolo;
6. Referiu que a Unidade de Convalescença não resolve as urgências, ela tem vinte e uma camas e, não tem só doentes de Valença, portanto não é por aqui que vai o ganho;
7. Disse parecer-lhe que o Deputado Dr. José António Nogueira concorda com o protocolo apesar de não querer que o SAP encerre. Admite que não haveria outro remédio senão aceitá-lo mas não assiná-lo;
8. Questionou se o Sr. Presidente da Câmara disse que aceitava a deslocação dos doentes para Monção desde que tivessem o transporte assegurado;
9. Opinou que nem isto seria aceitável, pois não é o que está em causa, nomeadamente o regresso, mas sim o facto de terem de ir;
10. Acrescentou que o facto de irem para Monção é concordar com a menoridade e a falta de competência dos serviços profissionais quer humanos quer logísticos do Centro de Saúde. Acha que seria sempre de não concordar e Monção não deveria estar no nosso “roteiro”; e,
11. Concluir que há que aproveitar o hiato que o Sr. Presidente da Câmara teve com o Secretário de Estado e com a administração da ULSAM em nosso proveito.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** que:

1. Solicitou dois minutos da sua intervenção para serem cedidos à Dra. Margarida Rodrigues, conforme prevê o Regimento, o que foi autorizado pela Mesa;
2. Disse, relativamente à intervenção do Dr. Álvaro Guimarães, que não foi o Dr. Serra sozinho que

- aprovou o protocolo, ele foi alvo de uma decisão do Executivo Municipal;
3. Afirmou que ninguém de bom juízo diz que o protocolo é bom. O que ele disse é que foi o protocolo possível e, também disse que seria muito melhor “lavar as mãos” e dizer que não se assinava protocolo nenhum, mas entre não se levar nada e conseguir alguma coisa, isto era preferível, continuando-se a lutar para que a população não fosse prejudicada – que foi aquilo que fizeram, lutaram para que o SAP se mantivesse aberto e assim continua. No mandato do Dr. Serra ele não encerrou independentemente de se dizer que é uma questão política;
 4. Acrescentou que é muito mais fácil agora alterar esta posição porque o Partido Socialista não tem maioria na Assembleia da República e antigamente tinha e, também não viu nenhum deputado do distrito de Viana do Castelo a votar contra estas matérias;
 5. Esclareceu que os socialistas de Valença sempre puseram os interesses da população à frente dos do partido; também disse que o Dr. Serra se demitiu de todos os cargos políticos a nível nacional e eles de todos os cargos na federação e em Valença;
 6. Considerou que autoridade moral para apontar o que quer que seja aos autarcas da altura, não tem; e,
 7. Contrapôs o facto do Sr. Presidente ter dito que não assinou o protocolo e, que não está vinculado, retorquindo, pois o município de Valença é um todo.

A Deputada Dra. Margarida Rodrigues que:

1. Após o Presidente da Câmara ter dito que reuniu quatro vezes com o Secretário de Estado, questionou porque não reuniu directamente com a Ministra da tutela;
2. Considerou que o Presidente deveria ser mais activo e, comungou de que não deve ser só a Assembleia mas também o executivo a liderar este processo;
3. Acrescentou que tem acompanhado as notícias da comunicação social e, não viu, nenhum membro do executivo participar nas acções que se têm desenvolvido;
4. Questionou se vai haver consulta aberta e, se vão cumprir o prometido durante a campanha eleitoral - pagar um médico para estar durante 24 horas no SAP;
5. Referiu não lhe interessar o que ocorre nos outros concelhos mas sim no seu e, pretendeu saber, no caso de ter necessidade de recorrer à urgência, o que é que se vai passar;
6. Concluiu dizendo que assinaram um protocolo, para o bem de Valença, para se irem buscar algumas valências; e,
7. Apelou à união e disse que o executivo deveria estar à frente de todo este processo, não se resignando.

O Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes, para:

1. Dizer à Deputada Dr. Margarida que se olhar para a orgânica do governo vai descobrir que o actual Secretário de Estado é o Secretário Adjunto, ele é o político. Não vale a pena andarmos a bater às portas de quem não tem poder de decisão política. Portanto, aquela é a porta correcta, é lá que o processo está e depende dali, ou seja do Primeiro Ministro e das orientações que forem emanadas para o Secretário de Estado;
2. Esclarecer que desde a primeira hora tem andado a trabalhar para que o nosso Serviço de Saúde se mantenha como no passado;
3. Acrescentar não ter sido ele a solicitar à Assembleia Municipal, mas sim os Srs. Deputados que lhe pediram para ele vir a este órgão falar do assunto;
4. Dizer-se consciente das promessas nas campanhas eleitorais e, logo que foi eleito, a sua primeira preocupação, foi reunir com o Secretário de Estado precisamente porque era consciente do que havia prometido. O que disse em campanha eleitoral é para ser cumprido durante os quatro anos e garante-lhe que durante este período teremos aqui uma solução que dificilmente passará pelo público e muito menos pelo Centro de Saúde. O argumento apresentado não é só financeiro, mas também técnico. Não consideram que do ponto de vista técnico justifiquem as urgências abertas no período da noite, portanto não estão para suportar uma despesa vinte mil euros por mês;
5. Opinar que se deve ter um serviço de urgências aberto durante a noite e se não pode não ser nas instalações do Centro de Saúde, vamos procurar outra entidade;
6. Informar que há dias entrou um projecto para construção dum hospital particular, no terreno que foi abandonado junto ao edifício da Biblioteca Municipal;
7. Esclarecer não ter dito ser favorável a que as pessoas vão para Monção. Disse que constata que hoje há pessoas que vão para Monção e que não deveriam ir e, se calhar, há clínicos com responsabilidades nisso;
8. Dizer que pretende é que aqueles que vão para Monção, por obrigação, alguém lhes assuma o encargo com o transporte de volta e isso está garantido; e,
9. Lamentar que não haja reclamações no nosso Centro de Saúde até porque de certa forma isto reconfortava o Presidente da Câmara.

Colocada à votação a **Proposta da Mesa**, num universo de 37 votantes, registou: 0 votos contra; 0

abstenções; e, 37 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, colocou à discussão a Segunda Proposta. Inscreveu-se:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que sobre as últimas palavras do Sr. Presidente da Câmara vê já aqui duas linhas: todas estas acções são muito bonitas mas estão sobre o “cutelo” de uma decisão política que não terá nenhuma possibilidade de contestação;
2. Concordar que a Câmara deve liderar o processo mas não se esqueça que, em última análise, é o povo de Valença que dará o veredicto final sobre o encerramento ou não das urgências;
3. Referir, relativamente à proposta do CDS, que anota um argumento bom e que poderia inclusivamente ter constado na outra proposta se tivesse havido articulação da acção - já que está aberto por causa da Unidade de Convalescença, deveria-se manter aberto à noite como serviço de Urgências;
4. Acrescentar, como pontos negativos, a alínea K) do protocolo - não diz que a própria alínea já é um incumprimento do Governo, porque se tivesse sido cumprida, já tinha havido pelo menos três reuniões e não houve nenhuma;
5. Mencionar uma incongruência que é fatal para o documento e supõe que o melhor será o CDS retirar a proposta - pede que a Assembleia Municipal de hoje delibere rejeitar o protocolo de requalificação dos Serviços do Centro de Saúde de Valença. Não pode fazer tal coisa porque o protocolo não foi aprovado em reunião da Assembleia Municipal de Valença e como tal, não pode ser rejeitado por esta; e,
6. Acrescentar a mesma situação para o ponto imediatamente a seguir.

A **Deputada Dra. Liliana Ribeiro** para:

1. Fazer uma breve análise a algumas alíneas do protocolo e começa pela alínea a) que diz não ter sido cumprida porque só a quatro de Fevereiro do corrente ano é que foi implementada a consulta aberta que nem sequer cumpre o horário estabelecido no protocolo; alínea b) – também não foi cumprida porque é impraticável o que demonstra uma certa irresponsabilidade na sustentação deste documento, além de não ter sido colocado à apreciação da população ou órgãos autárquicos qualquer informação estatística prevista neste articulado;
2. Dizer que a referência feita pelo INEM não obedece a qualquer critério clínico mas sim a critérios políticos. É completamente irracional o INEM pegar num doente do Centro de Saúde de Valença, onde está uma equipa clínica de serviço e levá-lo para Monção ou Viana e ;
3. Repudiar o facto de que um doente em agonia, a quatro minutos de Valença, venha a falecer dentro de uma ambulância e, passados quarente e cinco minutos o seu corpo seja entregue no Centro de Saúde de Valença ou à SUB de Monção;
4. Contestar que um doente, com sinais de enfarte do miocárdio, seja sujeito a uma triagem de trinta minutos dentro de uma ambulância e a seguir transportado para Monção, para à posteriori seguir para Viana do Castelo; e,
5. Insurgir-se ainda contra o facto dum doente, à espera na actual sala do SAP, tenha que ligar para o número de emergência e a viatura o venha recolher nestas instalações para, de seguida o transportar para o Centro de Saúde de Monção.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para:

1. Manifestar a sua insatisfação por só agora, passados três meses, se levantar a preocupação do encerramento das urgências no Centro de Saúde de Valença. Na reunião deste órgão em Dezembro, chamou à atenção para a notícia que alertava para este facto e foi dito que isto não passava de um boato;
2. Dizer que, no entanto, mais vale tarde do que nunca e os factos tem-lhes vindo a dar razão mas, entretanto, perdeu-se um tempo precioso;
3. Referir que se diz que o protocolo é para ser cumprido. Questionou como, se ele foi assinado em Agosto de 2007 e já lá vão quase três anos e as onze alíneas do ponto dois, não foram cumpridas na sua generalidade;
4. Acrescentar quanto à parte final da alínea K), que chegou o momento dos consensos e como tal, ser oportuno adoptar para Valença a resposta adequada às reais necessidades da população do concelho. Ela passa pela abertura permanentemente dum Serviço de Atendimento de todas as situações urgentes;
5. Considerar que isto implicaria a reabertura do ex-SAP das oito às vinte horas - porque a consulta aberta não é uma consulta de urgências; a reabertura das quatro camas de OBS - entretanto estrategicamente desactivadas e, a inclusão do Centro de Saúde de Valença na Carta de Referência para todas as situações de urgência e emergência;
6. Dizer dever ser restabelecida a parceria com a unidade coronária do Hospital Dr. Santos Silva de Gaia; manter uma equipa clínica durante 24 horas incluindo feriados e fins-de-semana; e,

7. Questionar se não há médicos durante a noite como se podem atender os doentes em convalescença, que eventualmente possam ter algum problema.

A Deputada Dra. Inês Ferreira para:

1. Dizer lamentar que esta proposta do CDS/PP tenha aparecido hoje. Houve uma reunião da Comissão de Coordenação de Saúde onde estão representados elementos de cada partido e, desta reunião, saiu uma proposta que foi levada e analisada em sede da Comissão Permanente e é pena que, de facto, não tenha saído um único documento; e,
2. Acrescentar ter ouvido atentamente o proferido pelo Deputado Sr. Armando Carvalho e, também lhe suscita dúvidas a competência da Assembleia em deliberar a rejeição do protocolo assinado no ano de dois mil e sete, pelas entidades competentes para o assinarem.

O Deputado Sr. Carlos Natal para:

1. Dizer, relativamente à proposta, que vai de encontro à expectativa que ele tinha desta reunião porque sempre pensou que esta Assembleia se fosse manifestar do ponto de vista político. Vai de encontro a uma coisa que acha que ninguém em Valença aceita – que é o protocolo que foi assinado e que nos prende as pernas e as mãos relativamente a qualquer coisa que se queira fazer em Valença relativamente ao Centro de Saúde;
2. Considerar que a Assembleia se deveria pronunciar de forma inequívoca para que a população de Valença soubesse quem, aqui dentro, está contra à rejeição de uma coisa que foi assinada e em nada beneficia a população de Valença;
3. Percutir-se-lhe que com esta Assembleia vai ficar um pouco esvaziada a expectativa das pessoas que vão perguntar o que é que hoje, numa reunião extraordinária os Deputados decidiram, se se deu algum passo significativo;
4. Afirmar que as propostas aqui apresentadas, salvo a excepção da rejeição do protocolo, não são mais do que aquilo que a população entregou no Centro de Saúde. Se ficarem só por isso acha que é simplesmente um vazio;
5. Questionar o que fazer agora. Segundo alguns deputados dá a ideia que temos de ficar agarrados a algo que não queremos e é inevitável que isto vai fechar;
6. Argumentar que o valor que está aqui em causa é a população de Valença ter direito a assistência médica condigna, ou seja urgências e enquanto isto não acontecer, ele não vai parar;
7. Acentuar que se a população se quiser juntar a este propósito, tanto melhor. As duas manifestações que foram convocadas por si, foram um pouco de urgência, mas não viu muitas pessoas com responsabilidades políticas nas mesmas;
8. Recordar que os Membros da Assembleia Municipal têm responsabilidades acrescidas e é bom que tenham consciência do que fazem aqui passa para fora;
9. Apelar em seu nome pessoal e da população de Valença para todos quantos se encontram nesta sala, se empenhem nesta causa porque acredita que vamos ganhar; não há que desistir;
10. Dizer que entretanto tomou conhecimento de uma série de situações que se estão a passar no Centro de Saúde de Valença. Entra-se neste espaço e vê-se um placard da consulta aberta a dizer por baixo “em caso de emergência ligue o 112”. Não se está no Mercado Municipal nem em qualquer outro espaço e não aceita que se tenha que chamar, de dentro do Centro de Saúde, o 112 para se ser transportado para o Centro de Saúde de Monção; e,
11. Concluir que as manifestações são convocadas sempre de forma ordeira. Obviamente, por vezes, também há excessos mas estes também só acontecem se as respostas não chegarem.

O Primeiro Secretário Sr. Alberto Vilas assumiu a Presidência da Mesa, pelo que deu o uso da palavra ao:

O Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Gomes, para:

1. Dizer que a proposta que estão agora a discutir permite a rejeição do protocolo que, é muito molesto para todos nós. Concordou com o Sr. Presidente da Câmara quando disse que futuramente não se assinará mais nenhum protocolo. O protocolo é o SAP aberto e não consultas abertas nem ambulâncias a andar de um lado para outro;
2. Acrescentar que se não rejeitarmos o protocolo, é porque ainda existem forças políticas neste concelho que aceitam, de mãos paradas, o que se está a passar;
3. Considerar que se não conseguirmos, pela via institucional a manutenção do SAP, a população deveria manifestar, constantemente, o seu desagrado para com as autoridades que os deviam proteger nas horas difíceis; e,
4. Aconselhar que se deve ponderar bem agora o que vai acontecer se este estado de coisas se mantiver. É altura de se mostrar que afinal as negociações não foram assim tão benéficas para os valencianos, apesar de admitir piamente que o intuito que norteou as negociações tenha sido, sem dúvida as melhores. Simplesmente não resultaram.

O Deputado Dr. José António Lopes Nogueira, para:

1. Em primeiro lugar solicitar a retirada da proposta apresentada pelos Srs. Deputados do CDS/PP, já

- que se tem por em nada contribuir para a desejável unidade;
2. Acrescentar que este apelo não é único - já foi feito pelo deputado Municipal eleito nas listas da CDU, também, não pela parte máscula do PSD e, pelo Grupo Municipal do Partido Socialista - já que não obterá a desejada unanimidade;
 3. Considerar ser impossível, neste momento, deliberar sem dados credíveis relativamente ao cumprimento ou incumprimento do protocolo. Isto terá que passar por uma avaliação dos prós e dos contras assim como uma avaliação jurídica de facto e de direito . não é rasgar por rasgar deixar de cumprir porque sim;
 4. Dizer percutir-se-lhe não caber à Assembleia Municipal impor o seu quer e a sua vontade ao Executivo Municipal, cortando-lhe a capacidade decisória e inclusivamente afectando a separação de poderes que necessariamente tem que existir entre a Assembleia e o Executivo Municipal;
 5. Recordar que o Sr. Presidente da Câmara referiu que não pediu a esta Assembleia Municipal reunião e, ele realmente também não vê este pedido. Vê a colaboração da Câmara em ter enviado o documento à Assembleia Municipal. Não interessa aqui quem lidera o processo mas sim que a população valenciana fique bem servida em termos de saúde;
 6. Mencionar que a manter-se esta proposta o Partido Socialista, a muito contra gosto, irá votar contra por todas estas razões de ordem logística e jurídica;
 7. Acrescentar que houve uma comissão na qual foram escutados todos os partidos políticos que deram o seu aport. Com certeza, que se algumas das situações que hoje preconiza o CDS/PP lá tivessem sido apresentadas, teriam sido alvo de uma avaliação e, porque não, de inclusão no próprio texto;
 8. Considerar que o CDS/PP não está a fazer isto em nome do aproveitamento político mas, para ele, é fundamental dizer que o Município de Valença é um só, existe há muito tempo, implica também que se cumpra aquilo que os seus legítimos representantes à data tiveram por bem assinar, subscrever, de acordo com o mandato conferido pela população à data. O que se põe em causa é uma luta por estes serviços de Valença e esta é uma luta contínua que não acaba aqui. Havemos sempre de lutar para termos mais e melhor e ainda bem que assim é; e,
 9. Apelar, em nome da unanimidade, uma vez mais, que esta proposta seja retirada.
O Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes, para:
 1. Acrescentar que este protocolo vincula a Câmara mas não o Presidente da Câmara e, foi todo um processo negocial do qual ele não participou. Achou na altura, que a Câmara não deveria assinar porque não tinha competência nesta matéria;
 2. Destacar, relativamente há rejeição unilateral e possíveis consequências, não pensar que elas venham a existir. No entanto, que era importante dar uma imagem, junto da tutela, de unidade pois se sair daqui uma proposta retalhada estamos a dar todos os argumentos para fazerem o que bem entenderem e deixam-no a ele politicamente mais fragilizado;
 3. Esclarecer relativamente aos pormenores do protocolo, que o que disse foi que as pessoas quando se dirigissem ao Centro de Saúde eram atendidas no sistema de consulta aberta;
 4. Lembrar que a Rede Nacional de Emergências foi deliberada em Assembleia da República e votada por unanimidade e dessa rede de urgências está Monção e não Valença;
 5. Dizer que foi deliberado, há já três anos, terminar com o protocolo com o Hospital Dr. Santos Silva, em Gaia; e,
 6. Elucidar, em termos de organização política, que a orientação de acabar com os SAP já está definida e quem executa é o Secretário de Estado que pode, ou não, protelar mais tempo, ou nunca mais a executar.
O Deputado Sr. Armando Carvalho, para:
 1. Dizer que quanto à parte legislativa da reestruturação da rede de urgências, a nível nacional, não houve unanimidade na Assembleia da República. A CDU e os partidos que compõe a coligação, já sabiam para onde é que ia dar;
 2. Acrescentar, quanto há proposta propriamente dita, que não há dúvida nenhuma que embora colha a simpatia das pessoas - porque diz mais ou menos o mesmo, não tem possibilidades nenhuma de ser aprovada porque a Assembleia não pode rejeitar uma medida que foi executada pela Câmara;
 3. Manifestar todo o seu apoio ao Presidente Dr. Jorge Mendes, se quiser rejeitar o protocolo, pois tem toda a legitimidade, agora a Assembleia Municipal simplesmente não o pode fazer. O Dr. Serra ainda cometeu mais este peccadilho - que foi assinar o protocolo sem o trazer à Assembleia; e,
 4. Concluir que caso não seja retirada a proposta, abster-se-á na votação.
O Deputado Sr. Pinto Neves, para:
 1. Justificar que realmente estiveram na reunião da Comissão Permanente mas desde então, nestes três dias passaram-se muitas coisas e entenderam que deveriam trazer para aqui a voz do povo;
 2. Admitir que até possa haver aqui qualquer lacuna jurídica, mas o que lhe interessa é trazer aqui o que as pessoas pensam e dizem e, juridicamente, entendem que este protocolo não foi

simplesmente cumprido, portanto não está a funcionar;

3. Questionar se vamos ficar toda a vida agarrados a uma coisa que está mal desde o início;
4. Acrescentar que os pressupostos existentes com o novo estatuto administrativo de Valença também foram alterados, pelo que as coisas devem acompanhar estas alterações, principalmente corrigir as que estão mal; e,
5. Concluir ser por estas razões que pretendem manter a proposta e é tempo de todos se manterem unidos e lutarem numa só voz.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira**, para:

1. Esclarecer o Deputado Dr. José António Nogueira que não solicitou ao CDS que retirasse a proposta. Disse que tinha dúvidas relativamente à legitimidade da Assembleia puder deliberar a rejeição do mesmo;
2. Concordar que desde que fizeram a reunião se verificaram dados novos, no entanto, não invalidava que hoje, antes do início da sessão pudessem ter concertado a situação;
3. Insistir, em que não restem dúvidas que todos pugnam para que Valença tenha um serviço de urgências capaz de atender aos interesses da população; e,
4. Afirmar que o protocolo não está a ser cumprido. A proposta da Mesa sugere alterações funcionais e a do CDS também, portanto, fica com a ideia de que as coisas confluem para o mesmo sentido. Na única coisa que continua a colocar as suas reticências é no facto de saber se este Órgão tem, ou não, capacidade para deliberar no sentido de o rejeitar.

O **Deputado Sr. Carlos Natal**, para:

1. Dizer que ele também não mencionou que a proposta fosse retirada;
2. Recordar que é sempre bom que tenhamos claro que enquanto o protocolo pairar sobre “as nossas cabeças”, as urgências têm um encerramento anunciado;
3. Acrescentar que seria bom sinal se este órgão tivesse capacidade para o anular, era sinal que na altura em que foi assinado a população tinha sido consultada mais não fosse, através da Assembleia, o que não aconteceu;
4. Mencionar, relativamente à tendência de voto contra, do Partido Socialista, ser um assunto que a ele o surpreende. Parece que o anterior executivo ao assinar o protocolo, quis o bem para Valença mas é inegável que ninguém vê nada de bom no mesmo. Sublinhar que se não votarem contra a retirada de cena do protocolo, pode concluir que afinal o PS estava a favor do encerramento das urgências; e,
5. Dizer relativamente à fragilidade do Sr. Presidente, que tem uma opinião contrária. Se o protocolo for rejeitado, em termos negociais ele fica reforçado porque tem a possibilidade de dizer que não está a ele vinculado.

O **Presidente da Mesa Dr. Álvaro Gomes**, para:

1. Dizer ao Deputado Dr. José António Nogueira que a população de Valença não fica servida com este protocolo, nomeadamente com o SAP e, se o PS acha que fica, está a concordar com o seu encerramento e a população fica a saber que eles concordam com o que foi feito;
2. Julgar, pela sua intervenção, que está obsecado com a benesse que o protocolo trouxe para Valença. Ele até pode ter trazido alguma coisa mas não trouxe o essencial que é o que a população neste momento reclama;
3. Acrescentar que ele está essencialmente focado na defesa da pessoa que assinou o protocolo. Provavelmente fê-lo com a melhor das intenções mas neste momento não é motivo para estar a defender isso; e,
4. Dizer ser altura de dizermos se queremos que o SAP se mantenha aberto, se continuamos a deixar vigorar o protocolo, ou não manifestamos que discordamos dele.

O **Deputado Dr. José António Nogueira**, para:

1. Referir que o Sr. Presidente da Assembleia enquanto se retirou da Mesa, certamente esteve distraído. Mas no momento do voto estava presente e viu claramente quais foi o sentido de voto do PS e o claro apoio que deram;
2. Recordar que o PS saudou a proposta da Mesa, portanto esta “carapuça” de quem só vê o protocolo e está contra a população para eles não serve e, não serve porque está desmentida;
3. Argumentar que eles não descobriram hoje o problema das urgências. Relembrou que o Partido Socialista de Valença, em frontal oposição ao Partido Socialista Nacional tomou as atitudes necessárias e que teve para defesa de um bem essencial – a saúde;
4. Justificou que este protocolo, na altura era essencial para não ficarmos sem nada e com o peso político do Dr. Serra não fecharam as urgências;
5. Contrapor o proferido pelo Presidente da Câmara quando disse que quem manda não é a Ministra mas sim o Secretário de Estado. Isto é a mesma coisa que se dissesse que quem mandava nesta Câmara era um Chefe de Gabinete;
6. Garantir, que interessa saber é que o que pretendem fazer com esta proposta é juridicamente

impossível. A Assembleia Municipal não pode revogar actos da Câmara Municipal;

7. Esclarecer não ter nada contra a que Valença tenha urgências abertas 24 horas por dia, o que diz é muito simples: não significa que a nova equipa da Câmara, ainda que seja só juridicamente, não esteja vinculado ao que os anteriores fizeram; e,
8. Concluir se querem renunciar o protocolo, sim senhor, façam uma avaliação jurídica dos factos e aí falar-se-á de coisas concretas. Nesse momento, o Partido Socialista na posse de todos os dados, poderá votar em consciência.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, deu o uso da palavra ao **Deputado Sr. Armando Carvalho** que disse uma vez existirem diferendos acerca da legalidade da Assembleia votar, ou não, a proposta no sentido de rejeitar o protocolo, em nome da CDU, pretende que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se pronuncie uma vez que o Regimento refere que é a ele que compete a decisão em caso de dúvida.

O **Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para:

1. Informar que o Presidente da Câmara de “per si” não pode rejeitar o protocolo, teria que o levar à reunião de Câmara e aqui é que se poderia rejeitar ou não;
2. Considerar que se o Presidente da Câmara rejeitar unilateralmente este protocolo, rompe qualquer canal de comunicação com o Ministério; e,
3. Insistir que era bom que saísse daqui algo que criasse unanimidade, senão não ficámos melhor.

O Deputado Sr. Pinto Neves solicitou autorização para intervir novamente. Tratando-se de uma reunião extraordinária e de um assunto tão importante para Valença, a Mesa anuiu ao solicitado.

Interveio o **Deputado Sr. Pinto Neves** para propor a alteração na proposta do termo “deliberar” por “repudiar”, para que pudesse haver a tal unanimidade, o que foi autorizado pela Mesa uma vez que está dentro dos preceitos regimentais.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, questionou o Grupo Municipal do CDS/PP se queria reunir para tratar do assunto.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** disse que todas as decisões tem que ser devidamente fundamentadas de facto e de direito. A decisão da Mesa é apenas um parecer, como tal, para ele, é nula. De qualquer forma recorre ao plenário para que a proposta não seja admitida à votação.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para sugerir, uma vez que os Deputados do CDS propõe a reformulação da proposta, se aguarde o tempo para a reformulação e assim ser votada novamente.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, concedeu dez minutos ao Grupo do CDS para reformular o documento.

Distribuída pelos Srs. Deputados a proposta devidamente reformulada, reiniciaram-se os trabalhos às 20h.05m. O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes** questionou o plenário se agora com esta alteração, consideravam que a proposta deveria, ou não ser aceite para votação. Assim, num universo de 37 votantes registaram-se 13 votos contra a manutenção da proposta (do Grupo Municipal do PS), 0 abstenções e 24 votos a favor. **Aprovada por Maioria a aceitação da Proposta para votação.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes** colocou agora à votação a proposta do Grupo Municipal do CDS/PP, dando nota da correcção: repudie - em vez de delibere anular.

Num universo de 37 votantes registou: 13 votos contra (do Grupo Municipal do PS), 2 abstenções (Srs. Presidentes de Junta de Valença e Sanfins) e 22 votos a favor. **Aprovada por Maioria a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/PP.**

O **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira** fez a seguinte **Declaração de Voto:**

“O Grupo Municipal do Partido Socialista vota contra esta proposta: Primeiro, por a ter por ilegal ao imiscuir-se em matérias da competência própria da Câmara Municipal de Valença; segundo, porque a alteração introduzida à original é apenas de índole semântica, que não substantiva; por último, em detrimento da unidade os subscritores do grupo Municipal do CDS/PP decidiram dividir esta Assembleia mantendo essa proposta e se tal legalmente é admissível, julga que, moralmente, não será muito recomendável, tanto que tendo podido apresentar este texto com anterioridade, de forma a obter consenso, não o fizeram”.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para **Defesa da Honra:**

“ Foi atingida a sua honorabilidade porque foi aqui referido o termo moral e isto a seu modo de ver tem muita importância. Moralmente acha que não fez mal, só defendeu aquilo que considera serem os interesses da população”.

O **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira** para dizer que como é óbvio não pretendeu atingir as pessoas. Quando aqui veio falar em moral, obviamente falou em moral política e não em moral pessoal. O que disse foi sem qualquer intuito ofensivo e está neste Órgão há muito tempo e nunca ofendeu ninguém. De qualquer forma disse que a honra destes Srs. Deputados sempre ficou ressalvada. A parte política também tem uma componente ética e é com esta parte que ele se vincula.

Apresentou humildemente as desculpas, caso os Srs. Deputados do CDS/PP se tenham sentido ofendidos a título pessoal.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes** questionou o plenário se autorizava que o Sr. Presidente da Câmara se voltasse a pronunciar, ao que anuíram.

Assim, interveio o **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para dizer que esteve

convicto que nesta parte final pudesse ter havido um entendimento de todos os Srs. Deputados e, realmente fica com alguma tristeza por verificar que não foi possível aprovar uma proposta única por unanimidade.

O Presidente da Câmara não sai desta reunião mais respaldado mas continuará a luta assim como os Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados e toda a população - está em crer - para a manutenção do SAP em Valença, com qualidade, durante 24 horas. Também espera encontrar por parte dos profissionais do Centro de Saúde disponibilidade, no futuro para fazer parte das soluções que melhorem o nosso Serviço de Saúde, nomeadamente em regime de voluntariado, se for possível para assegurarmos os serviços no nosso Centro de Saúde.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, ia dar por encerrada a sessão o que foi contestado pelo **Deputado Sr. Armando Carvalho** que disse que faltava analisar o Ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos uma vez que o que se tinha estado a discutir até então foram as propostas apresentadas.

Para fazer face a este desacordo o **Deputado Dr. José António Nogueira** sugeriu à Mesa que procedesse em conformidade com o solicitado, ao que esta anuiu. Assim, passou-se à discussão do

1º PONTO - ENCERRAMENTO DE SERVIÇO DE URGÊNCIAS DO CENTRO DE SAÚDE DE VALENÇA (DIA E NOITE).

Intervenção:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** que:

1. Disse ter-se marcado esta reunião para se conseguir uma união de todas as forças políticas, o que está a ser difícil conseguir. A imagem que temos que passar para o exterior é a união em torno dum tema que nos é comum, que é o encerramento do SAP em Valença;
2. Manifesta-se de consciência tranquila face à posição que acabou de tomar pela simples razão que se limitou a seguir a ordem de trabalho e a pronunciar-se unicamente sobre as propostas e o Sr. Presidente da Mesa deveria ter advertido os Srs. Deputados que se cingissem apenas ao que estava a ser discutido;
3. Acrescentou que Valença já se confronta com este problema desde 2007 e já nesta altura, quando foi assinado este protocolo, tiveram oportunidade de dizer ao Dr. Serra que ele não tinha legitimidade para assinar tal documento;
4. Informou que a opinião sobre o encerramento do SAP já tinha sido manifestada, através de um baixo assinado, que colheu duas mil assinaturas e que foi entregue directamente ao Ministro Correia de Campos no Governo Civil de Viana do Castelo;
5. Disse tratar-se de um assunto que se arrasta há muito e tem muitos actores envolvidos entre eles o PS que se prestou a este trabalho de anuir com as directivas do seu Governo, independentemente das consequências para as suas localidades. Todas as iniciativas tomadas pelo PS, PSD e CDS, ao nível da Assembleia da República, concorreram para este resultado;
6. Mencionar que sabiam desta situação quando aceitaram, na Assembleia da República, a Rede de Reestruturação das Urgências, quando aceitaram, na Assembleia da República, que ao mexerem na Lei de Delimitação de Sectores, estavam a permitir que os interesses privados entrassem nos serviços públicos e, estavam a saber disto, quando aceitaram todas as outras medidas que desembocam na situação à qual agora chegamos;
7. Referir que já em 2007 o Director da ARS dizia que fechar Valença era uma questão de vontade política. Na mesma altura, numa entrevista, um dos representantes da Hospor quando questionado se tencionavam abrir serviço de urgências em Vila Nova de Cerveira, ele disse que sim se Valença fechasse; e,
8. Concluiu estarmos perante uma destruição massiva de serviços de saúde, uma operação de aproveitamento de mercados por parte dos privados e daí a tirar rendimentos.

O **Deputado Sr. Carlos Natal** que:

1. Disse o que nos une são de facto as urgências, mas ficámos a saber que não nos une a todos porque, de facto, ficou provado que o Partido Socialista, na altura que assinou o protocolo não queria urgências em Valença e, passados três anos voltou a provar o mesmo; e,
2. Mencionou que se podem arranjar todos os subterfúgios para termos técnicos a dizerem que aquilo que foi aprovado não é legal. O que é um facto, é que a proposta que foi aqui aprovada, é um repúdio ao protocolo que fecha as urgências em Valença;

O **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira** para:

1. Dizer ao Deputado Sr. Armando Carvalho que não confunda o PS ao nível nacional e ao nível local, porque o PS de Valença sempre esteve com a população;
2. Recordar-lhe que estiveram nas manifestações e a seguir à assinatura do protocolo não houve mais manifestações, porque ele foi devidamente explicado às pessoas; e,
3. Insistir que o Deputado Sr. Carlos Natal continua distraído, pois não ouviu o sentido de aprovação do PS para que as urgências se mantenham abertas durante 24 horas.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Desmentir o proferido pelo Deputado Dr. José António Nogueira quando disse que o protocolo foi devidamente explicado às populações;
2. Referir ter sido um facto consumado e os líderes partidários é que explicaram à população o erro crasso no qual se estava a incorrer com a assinatura deste documento; e,
3. Acrescentar, relativamente à manifestação, que efectivamente ele esteve lá mas a manifestação não foi convocada nem pela CDU, nem pelo PS. Tanto quanto sabe, foi espontânea.

O **Deputado Sr. Carlos Natal** para:

Dizer, relativamente às verdades, o Dr. Nogueira tem as dele e ele tem as suas e cada um falará verdade dentro daquilo que acha que deve falar.

O que quiseram foi uma unidade, mas uma unidade sem convicção porque no momento em que tiveram que dizer o que queriam, foram claros – disseram não.

O **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira** para dizer que são pessoas responsáveis e contribuíram efectivamente para a unidade. Trouxeram o seu aport, estiveram em todas as reuniões, votaram favoravelmente uma proposta emanada de todos os partidos.

Chegaram à sessão e viram-se confrontados com uma nova proposta, dizem-lhes que não houve oportunidade de a discutir com outras pessoas. Questionou se consideram que o Grupo do PS, pela simples alteração de uma palavra, por ter suscitado e solicitado o apelo à unidade pedindo a retirada da proposta, estão a violar os seus deveres para com o povo valenciano.



O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, agradeceu a presença de todos e, pelas 20h.38, deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Dra. Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Relações Públicas

(Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes)

(Cidália Paço)